AS MUITAS FACES DA PROSTITUIÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O CONTROLE DA SEXUALIDADE A PARTIR DE FOUCAULT*

THE MANY FACES OF PROSTITUTION: A HISTORIC PERSPECTIVE ON THE CONTROL OF SEXUALITY THROUGH THE LENS OF FOUCAULT

Gabriela Natalia Silva¹

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar a representação social da prostituta, descrevendo com ela tem sido categorizada e enunciada ao longo da história da humanidade, bem como evidenciar os efeitos da estigmatização do sujeito e da sua atividade na sociedade contemporânea. O debate é realizado com base nos pressupostos ideológicos de Michel Foucault, no que tange ao conceito de poder e controle da sexualidade. Conclui-se como sendo necessário e urgente a desconstrução da identidade da prostituta a partir da visão masculina, que permanece silenciando e estigmatizando essa categoria. O papel da história deveria ser o de descortinar essa posição hegemônica para dar espaço à leitura feminina desse fenômeno.

Palavras-chave: Prostituição Feminina; Análise do Discurso; Michel Foucault.

Abstract

The purpose of this article is to address the social representation of the prostitute, describing how it has been categorized and enunciated throughout the history of humanity, as well as evidence the effects of stigmatization of the subject and its activity in contemporary society. The debate is carried out based on the ideological assumptions of Michel Foucault, regarding the concept of power and control of sexuality. It is concluded as necessary and urgent the deconstruction of the identity of the prostitute from the male view, which remains silent and stigmatizing this category. The role of history should be to unveil this hegemonic position to give space to the female reading of this phenomenon.

Keywords: Female Prostitution; Discourse analysis; Michel Foucault.

1 Introdução

A permanência e a importância atribuídas à prostituição ao longo da história da humanidade mostram a existência de um discurso que enquadra a prostituição como um “mal necessário” (SIMMEL, 2001), sendo vista constantemente de forma degradante e marginalizada. A partir desse discurso, as prostitutas, ainda que sejam consideradas indispensáveis, vêm sendo ignoradas, vitimizadas e subjugadas durante séculos, pela religião, pela mídia, pelos movimentos sociais, pela sociedade da qual também fazem parte e que designam direta ou indiretamente os ambientes nos quais podem circular. Fazendo uma rápida retrospectiva, é possível perceber como o papel social da prostituta modificou-se em diferentes épocas, mas que quase sempre permanece marcado por negativismo e submissão. Segundo Rago e Funari (2008, p.23), “construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina – recoberta por imagens e metáforas assustadoras”.

A sociedade ocidental, ao longo da história, tem apontado as prostitutas como mulheres que envergonham as suas famílias, frequentemente identificadas como “sujas”, “corrompidas” e “atrevidas”. Rago (1991) cita o médico F. Ferraz de Macedo que se refere à prostituição no Rio de Janeiro (do século XX, anos 20) como fruto da ociosidade, preguiça, desejo desmesurado de prazer, do amor ao luxo, miséria financeira, desprezo pela religião, falta de educação moral e do temperamento erótico da mulher. É justamente esse conteúdo, de cunho valorativo, construído pelo discurso do masculino, a partir da ótica do outro, que contribui para que as prostitutas continuem vivendo marginalizadas e recriminadas pela sociedade, ao mesmo tempo em que seu número aumenta exponencialmenteⁱ.

Não se pode esquecer que essas mulheres são seres humanos que têm sua própria voz e cuja presença tem adentrado diversos contextos em busca das rédeas do discurso. Prova disso são as manifestações cada vez mais frequentes, nos últimos anos, de prostitutas que decidem falar sobre sua história, brigar por seus direitos e afirmar-se na contramão do discurso objetificador, mostrando uma

ruptura na representação historicamente negativa dessas mulheresⁱⁱ.

Sobre essa nova postura da prostituta, Rago (2004) afirma que ocorre uma nova formação de sua identidade, fruto de influências advindas do movimento feminista. Ainda segundo a autora, apesar de o feminismo não saber abordar a questão da prostituição, procurando apenas contorná-la, a prostituta soube incorporar os ideais feministas, elaborando assim uma nova identidade proposta pelos discursos presentes no movimento. A exemplo disso Rago (1998, p. 6) relata que as prostitutas se “apropriaram de algumas elaborações do feminismo, recusando sua antiga identidade construída a partir de parâmetros estabelecidos pela medicina vitoriana e pela antropologia criminal, para se pensarem como “trabalhadoras do sexo”, sem a presença dos antigos gigolôs e cafetões”.

Piscitelli (2012) relata que no Brasil o posicionamento do movimento feminista acerca da prostituição é heterogêneo, o que pode ser observado principalmente no pós década de 90 do século XX. No cerne desse debate temos de um lado as feministas se colocavam abertamente contra a prostituição e de outro mantinham a opinião de que a prostituição seria uma maneira de exploração do corpo da mulher. Ainda de acordo com Piscitelli (2012), Gabriela Leite descreveu o movimento feminista contemporâneo como sendo mais conservador do que era em 1990, e que naquela ocasião já se falava sobre quanto os ideais feministas eram mais conservadores do que em 1970. Outra questão defendida por Gabriela Leite e comentada por Piscitelli (2012) propõe a reflexão acerca da prostituição enquanto escolha, direito de vivência e autonomia de sua sexualidade. Esse argumento tem sido motivo de entrave entre prostitutas e o movimento feminista.

Essas questões são reflexos dos jogos de poder entranhados nos discursos de regulação da sexualidade feminina, que ora permite a expressão da sexualidade da mulher e ora a marginaliza, de acordo com o que é considerado verdade para cada grupo de sujeitos. Nesse sentido, entendemos o discurso como um objeto de poder e não “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Nessa lógica, ao

refletirmos sobre a maneira como as prostitutas se transformaram e procuraram compreender a si mesmas, podemos notar a resistência em relação aos poderes socialmente normatizadores. Pensando suas vidas, tratando de si e gerindo novos caminhos, essas prostitutas encontram uma fenda no mecanismo de poder, recriando a si mesmas e ebalorando novas maneiras de existir no mundo, assim como novos modos de relacionar-se consigo e com o outro (COUTO, 2012).

O objetivo deste artigo é abordar a representação social da prostituta, descrevendo como ela tem sido categorizada e enunciada ao longo da história da humanidade, bem como evidenciar os efeitos da estigmatização desse sujeito e da sua atividade na sociedade contemporânea. O debate será realizado com base nos pressupostos ideológicos de Michel Foucault (1926-1984), no que tange ao conceito de poder e controle da sexualidade.

2 Prostituir-se, culpa e prazer: delimitando conceitos

Para entender melhor alguns conceitos que esse artigo busca investigar, é necessário definir o que se entende por prostituta, prostituir, culpa e prazer. O dicionário Aulete (1974, p. 2969) define *prostituta* como: “mulher pública, meretriz”, por *prostituição*, “vida de devassidão, de impudícia, ação de vergonhosa condescendência, de vergonhoso servilismo” e por *prostituir* “entregar à vida de devassidão, tornar devasso, corromper, desmoralizar, aviltar-se, desonrar-se, descer no nível moral, rebaixar-se”. Houaiss (2010, p. 635), traz a seguinte definição para *prostituta*: “mulher que ganha dinheiro para manter relações sexuais, meretriz” e *prostituir* como “entregar-se ou manter relações sexuais em troca de dinheiro; rebaixar(-se) moralmente; degradar(-se); corromper(-se)”.

Essa percepção trazida pelos autores acima descreve a prostituição e a prostituta atrelada a uma visão moralista, valorativa, que objetiva o controle da sexualidade e da expressão sexual feminina. Outros autores descrevem a prostituição como atividade sexual em que se busca remuneração financeira, onde a prostituta é aquela que vive a partir da prostituição (TEIXEIRA SILVA; ALVES CAPPELLE, 2017), saindo da visão maniqueísta de

bem e mal, certo e errado, normal e patológico presente na história da sexualidade feminina.

Já Houaiss (2010, p. 213) entende por *culpa* “responsabilidade por dano causado a outrem; falta, delito; fato de que resulta outro fato ruim, já para Sugizaki (2005, p. 76) que traz uma noção Nietzscheana, o sentimento de culpa, vergonha, remorso e arrependimento são decorrentes das censuras da consciência moral, cujo fundamento é o senso moral”. Influenciado diretamente pelos dogmas cristãos, o sentimento de culpa estaria ligado ao não cumprimento da norma estabelecida por esta doutrina, haja visto que a moral cristã rege a construção subjetiva do bom e do mau, marginalizando o sujeito que descumpre seus preceitos. Já em relação à definição de *Prazer*, nota-se que, para Houaiss (2010, p. 619) é “causar prazer a ou sentir prazer; deleitar(-se), sensação agradável oriunda da satisfação de um desejo; alegria, contentamento; boa vontade, agrado; satisfação sexual; gozo.

A fala de diversos estudiososⁱⁱⁱ sobre o assunto revela a heterogeneidade de discursos sobre o tema. Existem alguns discursos muito fortes sobre a culpa em torno da profissão de prostituta, como se em sua vivência esse sentimento fosse necessariamente presente, tornando impossível a prática da prostituição enquanto escolha e prazer.

Sugizaki (2005) identifica dois principais tipos de enunciados sobre a culpa. O primeiro é identificado como culpa moralista e o segundo a culpa não-consciência. Como exemplos da culpa moralista, podemos citar alguns autores cujos estudos sobre prostituição têm evocado discursos estereotípicos e negativos. Já a não-consciência seria a culpa da não-liberdade e a não consciência de que faz parte de uma engrenagem patriarcal e capitalista. Não raro, essas falas vêm acompanhadas da visão da prostituição relacionada a abuso, estupro, tráfico de mulheres e drogas. Bacelar (1982), por exemplo, pesquisou prostitutas no bairro de Maciel, em Salvador/BA, atentando-se para suas famílias e seu ambiente de trabalho. Concluiu que elas eram tristes, muito pobres e atuavam como prostitutas para sobreviverem.

Já Freitas (1985) analisou locais onde a prostituição ocorria na cidade de Belo Horizonte/MG, entrevistando prostitutas e demais

participantes desse cenário. A definição atribuída a essas mulheres era de pessoas solitárias, carentes e isoladas. Para Bourdieu (2012), para quem a vagina seria um tabu, um segredo do corpo feminino, a prostituição segue estigmatizada porque as prostitutas vendem essa parte de seus corpos. Essa atitude encontra vazão no capitalismo e contribui para a objetificação da mulher.

Vale também observar a constante representação das prostitutas pela mídia^{iv}, cujo cunho moralista e dramático desfoca muitas vezes a realidade, fato perceptível na entrevista realizada durante a gravação do documentário “Um beijo para Gabriela de 2013”. Outro exemplo do discurso midiático onde a prostituta torna-se vitimizada ocorreu no programa televisivo “Profissão Repórter”, em maio de 2005, ao abordar a vida de três prostitutas: Luana, travesti da Lapa, no Rio de Janeiro, Mariá, “acompanhante de luxo” paulistana e Ana Paula, prostituta “de zona” do sertão do Ceará.

Enquanto as cercanias de Luana e Ana Paula são rodeadas de violência, drogas em que sua representação midiática reforça a degradação, a relação com Mariá é diferente, pois nada nas imagens remete à pobreza ou necessidades econômicas. Ela narra suas vivências sem qualquer tom de vitimização ou lamúria e mostra divertir-se com a situação, surpreendendo a própria jornalista com o fato de ser contratada, em alguns casos, apenas para jantar com um cliente. Essa reação “marca a irredutível centralização da imaginação no sexo (coito) como atividade excludente na prostituição” (BELELI; OLIVAR, 2011, p. 507).

Ainda segundo tais enunciados da mídia, no caso de Ana Paula, prostituta “de zona” e, portanto, pelo julgamento dos entrevistadores, mais “sofrida” que Mariá, embora apareça sempre sorridente e fale com gosto sobre sua profissão, há um esforço desmedido em agregar um tom dramático à narrativa, evocando sua gravidez, os possíveis clientes violentos – que em nenhum momento aparecem na fala da prostituta –, drogas e a precariedade do local.

Em evento organizado durante a Marcha Mundial das Mulheres, em 2010, a opressão das mulheres foi diretamente associada à mercantilização do corpo. Nesse contexto, a submissão feminina fica evidente, em se tratando de sanar a demanda sexual masculina. Segundo as

militantes participantes, a máxima defendida por elas de que “nosso corpo nos pertence” é convertida em objetificação, comercialização, pelas prostitutas e converte-se em “meu corpo é meu negócio” (DAS MULHERES, 2010). Nessa lógica, o corpo da prostituta não a pertence, já que, nesse sentido, não lhe é dada autonomia sobre ele, como argumentado no texto de Piscitelli (2012).

A prostituição como consequência do mundo capitalista é vista de maneira negativa pela cientista política Pateman (1988, p. 299), ao afirmar que é um cliente masculino que participa do contrato da prostituição e não um patrão. Esse está interessado no lucro, o outro na prostituta e seu corpo. “Ter corpos à venda no mercado, enquanto corpos, é muito parecido com a escravidão”.

Levando em consideração a fragmentação da modernidade, que envolve um sujeito igualmente fragmentado, imerso em um processo social e cuja pluralidade de saberes e modos de existir acabam por constituir-lo de maneira complexa, é preciso considerar a característica interdiscursiva intrínseca ao discurso. Assim, convém falar do discurso como locus de disputa como espaço de saber e poder, como é discutido por Foucault (1996).

3 O culto à deusa: sexo como forma de adoração

O conceito de prostituta tem variações dentro da história da humanidade, assim como seus papéis na sociedade. Autores como Roberts (1992) mencionam a existência das chamadas Prostitutas Sagradas no Período Primitivo. Ela refere-se à atividade praticada por essas mulheres como um tradicional ritual sexual que existiu desde a Idade da Pedra e foi sendo incorporado às primeiras civilizações do mundo com seu conceito e práxis ressignificados, até chegar ao que chamamos de prostituição.

No período paleolítico, acredita-se que a mulher era associada à Grande Deusa, força geradora de vida, centro das atividades sociais. Vistas como encarnações da Deusa, as mulheres criavam um elo entre a comunidade e a divindade, tornando-se sacerdotisas xamânicas. Estas conduziam rituais de sexo grupal com toda a comunidade como uma maneira de promover união e de celebrar a vida (ROBERTS, 1992).

As culturas gravettianas e aurignacianas, do período Paleolítico, evidenciam a posição central das mulheres. São elas e não os homens que aparecem representados em esculturas e gravuras. Eram vistas como representação viva da Deusa, que eles entediavam como sendo uma força geradora universal. A representação ia muito além de simbologia da fertilidade ou maternidade. Essas figuras eram adoradas pelos homens pré-históricos, simbolizavam um princípio ontológico muito maior, expressava a energia ou força que animava todo o universo e a natureza (ROBERTS, 1992).

Com a passagem do período Paleolítico para o Neolítico, do nomadismo para o sedentarismo, foram surgindo organizações, templos e pequenas cidades. As mulheres sacerdotisas continuavam a praticar seus rituais com práticas sexuais, porque era justamente através destes que as pessoas podiam ter acesso ao poder da deusa. O sedentarismo e a conquista por espaço e por terra foi dando lugar ao protagonismo do poder masculino de força e dominação, que culminaram em novas formas de relacionamento. Inclusive formas específicas de controlar a sexualidade das mulheres, para que se pudesse identificar e determinar com precisão a paternidade de qualquer criança (ROBERTS, 1992).

Civilizações como Egito e Mesopotâmia passam a nomear sacerdotes masculinos, a institucionalizar a religião e a ter mais controle sobre os cultos. É claro que crenças e costumes não acabam da noite para o dia e as pessoas continuaram a cultuar a Deusa, nos templos e através dos rituais sexuais, mas é nesse processo que as sacerdotisas vão se tornando sacerdotisas de templos e ao mesmo tempo, mulheres sagradas e prostitutas. Segundo Roberts (1992) é nesse período, segundo milênio a.C., que surgem as primeiras prostitutas da história.

Nesse ponto, quando começa a ocorrer o deslocamento de poder das mulheres para os homens e a sociedade passa a ser hierárquica, as distinções também eram refletidas no mundo sagrado das sacerdotisas do templo, onde, através do compromisso com o novo regime patriarcal, um escalão de prostitutas da classe alta se desenvolveu e conseguiu manter parte dos antigos poderes e privilégios (ROBERTS, 1992).

Na Babilônia (aproximadamente 2400 a. C), as prostitutas-sacerdotisas detinham elevado poder, que

ia além das atividades sexuais. Existiam duas qualidades de sacerdotisas, as *entu* e as *naditu*. As primeiras tinham poderes e privilégios em pé de igualdade com os sacerdotes homens, enquanto as *naditu* eram mulheres nobres que conquistaram privilégios como sacerdotisa em troca de atividades no templo (ROBERTS, 1992, p. 26).

A deusa Inanna/Ishtar governa o sexo com vistas à reprodução, ao prazer e como forma de conhecimento e encontro com o divino, esta modalidade era considerada religiosa e sagrada (DUPLA, 2016). Ou mesmo Vênus, também deusa da fertilidade, em vários países da Europa, atingindo as regiões dos Montes Urais e do Lago Baical. O culto à Afrodite, deusa grega, também passava por um culto ao prazer do amor. Inclusive, aceitando a prostituição desde que feita como uma maneira de cultuar a deusa Afrodite ou como ato de sacrifício em prol de algo maior que o ato sexual em si. Por exemplo, se pela prostituição (não-depravação) as donzelas conseguissem obter o seu dote para promover o casamento e, deste dote, parte fosse revertida à deusa como oferenda (ULLMANN, 2007).

O filósofo Ullmann (2007) nos conta que entre os babilônios havia o costume de, ao menos uma vez na vida, toda mulher babilônia sentar-se no templo de Afrodite e esperar que algum estrangeiro a escolhesse para copular em troca de dinheiro. Esse dinheiro era considerado sagrado e deveria parte dele ser entregue como oferenda à Afrodite. Após o intercuro sexual, a mulher deveria voltar aos seus hábitos caseiros normais. Muitas ficavam anos a espera de serem escolhidas

Embora não haja vasta literatura e dados arqueológicos, é possível reconhecer em símbolos de fertilidade em pinturas na cerâmica ou em figuras talhadas em pedras, em barro, e em bronze os costumes desse período histórico. O símbolo mais corriqueiro nessas expressões artísticas e documentais é a figura feminina, representada boa parte das vezes como mãe ou mulher grávida. Entretanto, a figura masculina também aparece associada à fertilidade, a imagem do falo é recorrente em pinturas e esculturas, geralmente representada num tamanho muito maior do que o real. Eram, portanto, também considerados sagrados (ULLMANN, 2007).

4 Grécia, berço do patriarcado

Durante toda Idade Antiga, as mulheres ocuparam papel secundário em relação aos homens. Havia algumas diferenças entre uma cidade-estado grega e outra acerca do papel da mulher na sociedade, como em Esparta em que a mulher recebia uma educação atlética e isso a aproximava das qualidades e atividades masculinas. Todavia, de modo geral, eram condenadas à submissão e à obediência. Em Atenas, a mulher de bem pertencia sempre a algum homem, seja o pai quando solteira, seja ao marido, filhos ou tutor quando casada.

Ullmann (2007) relata que os direitos políticos e sociais eram largamente diferentes para homens e mulheres. As mulheres não eram consideradas cidadãs, portanto ocupavam um papel de inferioridade social em relação aos homens, tendo menos direitos e atividades sociais restritas à vida domiciliar. Embora a educação fosse voltada para afazeres domésticos, às mulheres da aristocracia também lhes era ensinada a arte de ler. Nas classes sociais mais baixas, havia uma autonomia social maior, possivelmente porque precisavam gerar renda, sobreviver. Nesta camada social a prostituição feminina era mais recorrente. Muitas ficavam em portos à espera dos navios e de marinheiros e aceitavam como pagamento desde as dracmas (moedas) até objetos, mimos ou outros serviços. Muitas eram apenas filhas de família pobre que tinham por hábito alugá-las para, com isso, ajudar na renda familiar. Para uma mulher ser considerada prostituta, dependia muito da quantidade de parceiros com os quais mantinha relação sexual e a duração desse relacionamento com cada um.

Dentro da prostituição existia hierarquia social. Havia as prostitutas de origem mais humilde, que não frequentavam os mesmos locais que as chamadas hetairas. Hetairas eram mulheres com estudo e qualidades artísticas, muitas vezes estrangeiras. Participavam de festas e reuniões culturais, gozavam de liberdade de opinião dentro dos espaços fechados em que homens e hetairas se reuniam para divertimento. Eram vistas como parceiras, com quem os homens podiam manter relações amorosas fora do casamento e desposar sem compromisso afetivo (ULLMANN, 2007).

Entre os homens gregos havia maior liberdade sexual. Sequer existia no vocabulário grego palavra similar a “pecado”. Toda a ideia de bem e de mal estava centrada na filosofia do direito individual (lesão) e diante das leis do Estado (comunidade). Não havia tabus contra masturbação, contra o coito em si ou contra práticas homossexuais. Tudo era considerado saudável e parte integrante da sexualidade, entre os homens.

Em Roma, a grande expansão urbana favoreceu o crescimento da prostituição e o trabalho das mulheres fora do seio doméstico. Embora as mulheres fossem consideradas inferiores aos homens, a “liberdade sexual” era estampada nos objetos do cotidiano usados por toda família. Os romanos esculpiam e adornavam o órgão sexual masculino e cenas orgiásticas em figuras de terracota, lâmpadas, utensílios de bronze e objetos de uso pessoal, como espelhos, cabos de talher, prataria, utensílios em geral usados por toda a família. Pinturas em bacias e copos descreviam cenas explícitas de ato sexual tanto homo quanto heterossexual, casal ou orgiástico. Muito embora a liberdade sexual fosse dirigida apenas aos homens, devendo as mulheres se preservarem até o casamento e honrar seus maridos. As hetairas continuam a funcionar como braço importante na formação social e sexual da sociedade, eram parte da sociedade (ULLMANN, 2007).

Com o declínio do Império Romano, as invasões bárbaras e as grandes cidades destituídas para formar aldeias agrícolas, a prostituição como parte da vida urbana perdeu espaço e com ela toda a classe das hetairas. O prazer feminino passou a se tornar um mal a ser controlado. A igreja cristã teve um papel fundamental na repressão da sexualidade feminina e na construção da prostituição marginal.

O mito da Criação foi crucial para associar a mulher à imagem de perigo, corrupção, portadora do mal e da libido demoníaca. Afinal, eram todas filhas de Eva. Segundo o historiador Igor Salomão Teixeira e a antropóloga Raquel dos Santos Sousa Lima, “os argumentos retirados desses textos contribuíram para fundamentar as representações cristã, judaica e muçulmana sobre a diferença dos sexos, tendo alimentado a misoginia, da qual a própria Igreja Católica é herdeira” (LIMA; TEIXEIRA, 2008, p. 114).

As mulheres eram vistas como possuidoras do pecado original e disseminadoras do mal, por isso

elas eram mantidas puras e afastadas dos homens. Maria, mãe de Jesus, aparece como símbolo ideal de comportamento feminino, em que as mulheres deveriam se espelhar: mãe, esposa e virgem. Os historiadores Jacques Rossiaud e Cláudia Sancho (1991, p. 20-30) confirmam que as prostitutas até antes da Idade Média não eram marginais à sociedade, tinham um papel reconhecido, podendo, inclusive, vir a ser consideradas damas se deixassem a prostituição e contráissem matrimônio. A Igreja Medieval, embora condenasse todo relacionamento sexual, aceitava a existência da prostituição como um mal necessário. Afinal, a mulher passou a ter seu destino vinculado ao dogma da virgindade de Maria, mãe de Jesus.

A mulher, cujo destino era se tornar esposa, era obrigada a resguardar a sua virgindade até o dia de seu casamento, enquanto as casas de prostituição passaram a funcionar como uma local de escape sexual para homens solteiros ou viúvos. Lá era o local adequado onde o homem poderia liberar toda a sua libido com segurança. Essa liberdade, entretanto, não sobreviveu ao Renascimento da Idade Média. Houve uma progressiva rejeição à prática da prostituição, que passou a ser associada à violência, roubos e desvio de caráter. Assim, de parte integrante da estrutura social, a prostituição passou a ser considerada um mal necessário e, em seguida, um flagelo social gerador de problemas e de punições divinas que precisava ser controlado, regulamentado.

5 Da Idade Média à Contemporaneidade

Entre o final da Idade Média, século XV/XVI, e o final do século XIX, muitas transformações aconteceram. Mulheres passaram a disputar um espaço nos papéis racionais até então exclusivos dos homens. Joana D'arc, guerreira; Elizabeth I, rainha da Inglaterra; Isabel I, rainha de Castela são exemplos de mulheres que irromperam a domesticação feminina. Não iremos, porém, nos deter a esses séculos, dada a brevidade deste artigo. Queremos apenas destacar que durante esse período a mulher foi assumindo papéis antes exclusivamente masculinos, embora a religião e o estigma da mulher-virgem permanecessem no imaginário coletivo.

Segundo o sociólogo Michel Foucault, há registros de uma relativa liberdade sexual até o século XVI, na maneira como os corpos poderiam ser expostos, nas práticas sexuais e no modo como os discursos se davam em torno do sexo. É nesse mesmo período, como desenvolvimento das sociedades burguesas vitorianas e do capitalismo, que se inicia uma hipótese repressiva, entendida como mecanismo de coerção e autoritarismo, de obediência e censura. A partir desse século a sexualidade transforma-se e passa a encontrar centralidade no casal, na família. “[...] em toda a parte o puritanismo moderno impôs o seu triplo decreto de interdição, de inexistência e de mutismo” (FOUCAULT, 1994, p. 11).

Em 1215, o Concílio de Latrão estabeleceu técnicas de confissão, métodos de interrogatório e inquéritos que passaram a fazer parte dos sacramentos. Em 1545-1563, o Concílio de Trento tornou esses mecanismos de poder mais organizados e funcionais. Através da confissão, tinha-se acesso a todos os segredos de seus membros. Ao se confessar, era recomendável a descrição de detalhes da relação conjugal: atitudes tomadas, gestos, posição de cada parceiro, carícias, momento exato do prazer. A imposição da necessidade de se fazer um autoexame acerca de todas as insinuações da carne, manifestas nas imaginações, e, desejos voluptuosos (FOUCAULT, 1994) Por meio da reflexão incessante sobre sexo, a Igreja encontrava uma forma de controlar a sexualidade dos seus membros, com culpa e punições.

Criava-se um sistema de vigilância, de mecanismos corretivos, de força coerciva ao alimentar a confissão, a vergonha, a difamação, o pecado, o medo da punição. A Igreja, as escolas, a medicina reprimiam a sexualidade, silenciavam-na, disciplinavam-na (FOUCAULT, 1994) Sexo e corpo eram marginalizados pela Igreja. Discursos racionais, dirigidos por peritos com vista à construção de uma “verdade sobre o sexo”.

É somente no final do século de XIX que ocorre o primeiro movimento que pode ser chamado feminista, quando surge na Inglaterra e na França um movimento liderado por Josephine Butler contra a regulamentação estatal da prostituição. No início do século XX, o movimento se divide entre as feministas que defendem o combate à prostituição e à estimulação de uma “pureza social” e aquelas que

prevêm sua regulamentação. Para aquelas, a prostituição deveria ser combatida ao invés de regulamentada, objetivando a salvação das prostitutas e a punição dos exploradores nos bordéis, bem como os clientes (HIRATA, 2009).

Margareth Rago e Funari (2008) ao realizarem a genealogia das mitologias misóginas, acabam expondo as formulações hegemônicas destes imaginários, mostrando a função social que a prostituição assumiu na sociedade e nos alertando para quão masculino se tornou o imaginário em torno das prostitutas e da sua própria identidade. Dar continuidade à construção dessa identidade a partir da visão masculina seria permanecer marginalizando essa categoria, silenciando-a e estigmatizando-a.

O papel da história deveria ser o de descortinar essa posição hegemônica para dar espaço à leitura feminina desse acontecimento. Persiste o imaginário da prostituta como flagelo, doença, e a sexualidade feminina como uma força misteriosa que deve ser contida. A prostituição passou a representar uma ameaça física do corpo, que atinge a família, o casamento e a propriedade. A família passa a ser eleita como espaço onde se pode realizar uma sexualidade sadia, e a prostituição passa a representar um perigo a essa estabilidade, definida pelos médicos sociais como doença moral (RAGO; FUNARI, 2008).

É na busca por uma homogeneização que se estabelece a norma. E esta funciona como uma forma de coerção fluida e não violenta, que estabelece, em toda a sociedade, a prática da exclusão de todos aqueles que se centram na “anormalidade”. E a sua submissão perpétua e constante, através de um controlo do tempo, reduz a sua potência em termos de resistência (FOUCAULT, 2007).

Para Foucault, o poder está inserido dentro de uma natureza relacional, constante e perpétua. “O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres [...] escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado [...] a liberdade precisa existir para “o poder” ser exercido [...]” (1982, p. 221). “O poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável” (FOUCAULT, 1982, p. 220). Com essas palavras, Foucault refere-se não ao poder manifestado através da violência física, mas o poder sutil, intencional e subjetivo. “Não há poder

que se exerça sem uma série de miras e de objetivos” (FOUCAULT, 1994, p. 98). O poder “induz, incita, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações” (FOUCAULT, 1982, p. 220).

O bio-poder também se apresenta como um mecanismo regulador da própria sexualidade e dos comportamentos dos sujeitos coletivos. A estrutura hierárquica corrobora a ideia geral de vigilância. O bio-poder é, assim, uma forma de poder em que o Estado controla as sociedades através do desenvolvimento de diretrizes políticas que atuam sobre a população em geral, de forma a garantir o bem-estar e a saúde de todos. Considerando o corpo como um objeto biológico, esse mecanismo de poder investe na produção de verdades científicas, em estatísticas, em verdades incontestáveis. Embora o poder disciplinar e o bio-poder atuem em diferentes níveis, eles incidem de forma complementar sobre os corpos. É através dessa normatividade que são guiadas as políticas de administração do Estado, estabelecendo identidades fixas, classificadas e ordenadas, distintas das possíveis sexualidades desviantes.

Na afirmação “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1994, p. 98) está dito que os sujeitos têm a capacidade de se insurgir e de se insubordinar e, conseqüentemente, modificar a sua dominação em determinadas condições e “segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Em oposição ao silenciamento das vozes dos trabalhadores do sexo, começaram a surgir, a partir da década de 70, organizações de prostitutas capazes de falar por elas mesmas, numa tentativa de re-conceituar o entendimento geral do que seria prostituição.

Durante os anos 70, nos EUA e Grã-Bretanha, as bandeiras de Butler retornaram ao movimento feminista contra a criminalização da prostituição pelo Estado e contra o assédio policial sofrido pelas mulheres. Passaram a exigir que fossem identificadas como “trabalhadoras do sexo”, demandando reconhecimento social e legal como trabalho. As abolicionistas[†] mantiveram firme a

[†] Terminologia utilizada com o objetivo de referir a forma como a prostituição era compreendida por determinada parcela do movimento feminista. Para

posição de que a prostituição consentida e autônoma era um ato de violência em si, contra a mulher. Nos anos 80, essa tensão ideológica e estratégica tornou-se uma cisão política, de âmbito internacional, dentro do movimento feminista. Enquanto as primeiras lutavam ao lado das prostitutas formando um movimento de uma só voz, as abolicionistas lutavam para que o Estado intervisse de maneira mais rigorosa a fim de coibir a prostituição (HIRATA, 2009).

A adoção do termo trabalhador do sexo inclui todos aqueles (homens, mulheres e transgêneros) que trocam serviços sexuais por alguma forma de ganho econômico (prostituição de rua e interior, striptease e danças eróticas, pornografia ou o trabalho como operadores de linhas telefônicas eróticas, entre outros).

Em meados dos anos 80, as prostitutas falavam em seu próprio nome para reivindicar a solidariedade dos organismos responsáveis pelo trabalho, por migrações e os movimentos feministas, exigindo o fim do assédio sexista, racista e colonialista das autoridades públicas, assim como o pleno acesso aos direitos civis e humanos. Em colóquios nacionais e internacionais, as prostitutas denunciaram a violação a seus direitos humanos. Depois, com o apoio de subvenções não governamentais e governamentais para o trabalho de prevenção da AIDS, mobilizaram milhares de mulheres, principalmente na América Latina e na Ásia. Esta foi a primeira vez na história que prostitutas se beneficiaram de um estatuto legítimo como educadoras para a saúde (HIRATA, 2009).

A organização americana COYOTE (*Call Off Your Old Tired Ethics*), fundada por Margo St. James, em 1973, contestava o argumento das feministas radicais que dizia que toda prostituição era forçada. Em 1985, realizou-se, em Amsterdã, o *First World Whores' Congress*, onde foi instituída a *World Charter for Prostitutes' Rights*, uma declaração mundial com vista a proteger os direitos dos trabalhadores do sexo, adotada pelo *International Committee on Prostitutes' Rights* (ICPR) (RAMALHO, 2012, p. 180).

Reivindicavam “direitos humanos e liberdades civis”, a livre escolha do seu local de trabalho, fim dos exames obrigatórios exclusivos para prostitutas e instituição de exames obrigatórios para todas as

pessoas sexualmente ativas. Recentemente, em Outubro de 2005, realizou-se em Bruxelas um dos marcos históricos no movimento europeu dos profissionais do sexo: a *European Conference on Sex Work, Human Rights, Labour and Migration*, organizada pelo *International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe* (ICRSE). Nesta conferência foram assinados e aprovados a “Declaração dos Direitos dos Profissionais do Sexo na Europa” e o “Manifesto dos Trabalhadores do Sexo na Europa” que reclamavam o direito à vida, à liberdade e segurança pessoal, à proteção contra a violência, à intimidade, à liberdade de movimento e associativismo, à proteção igual na lei, à liberdade de expressão, ao trabalho e a condições justas e favoráveis de trabalho, à não discriminação, entre outros (RAMALHO, 2012, p. 181).

Estes movimentos de direitos dos trabalhadores do sexo estão essencialmente implicados na reivindicação de direitos e em uma mudança de paradigma associado ao conceito de prostituição até então instituído. O trabalho de defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo, inicialmente realizado pela COYOTE, permitiu que outros grupos semelhantes pudessem emergir. Projetos e movimentos de trabalhadores do sexo de todo o mundo parecem apresentar-se cada vez mais organizados, empenhados e determinados a fazerem-se ouvir. Esta multiplicidade de vozes, construída por uma diversidade de atores, apresentam o potencial de influenciar os discursos dominantes e transformar o trabalho sexual através da desestigmatização e conquista de direitos, poder, reconhecimento, e com isso, legitimidade (RAMALHO, 2012, p. 182).

O reconhecimento da pluralidade de causas e das motivações que levam as pessoas a escolher como trabalho a atividade sexual, nos impulsiona a compreender a realidade de novas maneiras, a partir de perspectivas alternativas. Caso queiramos que a libertação do estigma possa ser possível e que com ela a diferença entre putas e santas, virtuosas e perdidas, puras e impuras, marias e evas deixe de pautar a existência feminina, termos como “perversos”, “doentes”, “imorais”, “libertinos”, “vadios”, “delinquentes”, “vítimas”, relativos aos trabalhadores do sexo devem ser considerados ultrapassados. Para que “[...] talvez um dia, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se

compreenda bem como as astúcias da sexualidade e do poder que fundamenta o seu dispositivo conseguiram submeter-nos a esta austera monarquia do sexo” (FOUCAULT, 1994, p. 161).

6 Considerações finais

Compreendendo esta pesquisa como possibilidade de reformulação de discursos, buscamos abordar as representações e as relações nem sempre implícitas de controle sobre a sexualidade feminina. Evidenciamos sociedades em que o prazer era protagonista na vida das mulheres e descrevemos também um período de silenciamento da sexualidade feminina, em que o processo de exacerbação do controle está atrelado ao advento da institucionalização do casamento, e a subsequente produção de verdades sobre o que deve, e o que pode ser vivido pelo sujeito feminino, o que é legítimo e o que deve ser censurado. Nesses “jogos de verdades” produzem-se sujeitos, corpos e vivências lícitas com o intuito de controlar a prática sexual feminina, por meio de uma lógica maniqueísta de bem e mal, certo e errado, salvação e inferno, sexo e amor. A imagem e a subjetividade da Puta produzida nesses enunciados é reflexo dessa tensão dualista. Ao mesmo tempo em que sente prazer em seu trabalho, não o percebe como possibilidade inerente, pois ela entra na ordem do discurso familiar, cristão, médico, midiático, e jurídico que silenciou sua autonomia sexual, oferecendo-lhe o lugar do abjeto.

Referências

- AULETE, J. C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1974.
- BACELAR, J. A. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, 1982.
- BELELI, I.; OLIVAR, J. M. N. Mobilidade e prostituição em produtos da mídia brasileira. In PISCITELLI, A.; ASSIS, O. de; OLIVAR, M. N. **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COUTO, V. R. Nem Eva, nem santa, “eu nasci pra ser quenga”: Marcas que rasgam vidas, dilaceram almas – Gênero, poder e subjetividade na prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1969-1982). **ENCONTRO REGIONAL ANPUH – MG**, 18., 2012, Mariana. **Anais...** Mariana: Associação Nacional de História – Seção Minas Gerais. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>
- DAS MULHERES, Marcha Mundial. 3a Ação Internacional. São Paulo: **Marcha Mundial das Mulheres**, 2010.
- DUPLA, S. A. **Construções do imaginário religioso no culto a Inanna na Antiga Mesopotâmia: símbolos e metáforas de uma Deusa Multifacetada** (3200-1600 aC). 2016.
- ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**. Editora Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, M. **Verdade e poder. Microfísica do poder**, v. 23, p. 01-14, 1979.
- FOUCAULT, M. Subject and Power. In: Dreyfuss, H. & Rabinow, P. (Coords), **Michel Foucault: Beyond strutralism and hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982. p. 208-226.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1994.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Los anormales. Curso en el College de France (1974-1975)**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina AS, 2007.
- FREITAS, R. S. **Bordel, bordeis: negociando identidades**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de crítica feminista**, p. 80-107, 2009.
- HOUAISS, A. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- LIMA, R. S. S.; TEIXEIRA, I. S.. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 6, n. 12, p. 113-126, 2008.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PISCITELLI, A. Feminismos y prostitución en Brasil: una lectura a partir de la antropología feminista. **Cuadernos de antropología social**, n. 36, p. 11-31, 2012.

RAGO, M. **"Os prazeres da noite." Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (1991).

RAGO, M. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, M. Feminismo e Subjetividade em tempos Pós-modernos. **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-41, 2004.

RAGO, M.; FUNARI, P. P. A. **Subjetividades antigas e modernas.** Annablume, 2008.

RAMALHO, N. A estigmatização do trabalho sexual: contributos de Michel Foucault na análise do poder e controlo sobre a sexualidade. **Intervenção Social**, n. 39, p. 165-185, 2012.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história** (M. Lopes, Trad.) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Obra original publicada em, 1992.

ROSSIAUD, J.; SANCHO, C. S. **A prostituição na Idade Média.** Paz e Terra, 1991.

TEIXEIRA SILVA, K A; ALVES CAPPELLE, M C. O Trabalho na Prostituição de Luxo: análise dos sentidos produzidos por Prostitutas em Belo Horizonte-MG. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, 2017.

SIMMEL, G. Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro. In: GEORG, S. **Filosofia do Amor.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SUGIZAKI, Eduardo. Culpa e má consciência em Nietzsche e Freud. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 17, n. 20, p. 67-84, 2005.

ULLMANN, R. A. **Amor e sexo na Grécia antiga.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Coleção filosofia.

ⁱ A Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) estima que o Brasil tenha cerca de 1,5 milhões de pessoas – homens e mulheres – que vivem em situação de prostituição; no mundo, são mais de 40 milhões, segundo a fundação francesa Scelles.

ⁱⁱ “*O doce veneno do escorpião*” de Bruna Surfistinha (2005), “*O diário de Marise*” de Vanessa de Oliveira (2006), “*Alugo meu corpo*” de Paula Lee (2007), “*Filha, mãe, avó e puta*” de Gabriela Leite (2009), “*O prazer é todo nosso*” de Lola Benvenuti (2014), entre outros.

ⁱⁱⁱ Mazzariol (1976), Perlonguer (1987), Freitas (1985), Gaspar (1984), Ariento (1989), Morais (1995), entre outros.

^{iv} Televisiva, jornalística e internet.